TIPICIDADE OBJETIVA – CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA

Abordamos agora a primeira modalidade do **tipo de ilícito penal** designada como **tipo de ilícito objetivo**. O tipo de ilícito é a figura sistemática usada na DOCTRINA para expressar o sentido de ilicitude, individualizando um tipo de delito e informando o destinatário que determinado comportamento é proibido pelo ordenamento jurídico. Mais especificamente, o **tipo de ilícito objetivo** engloba todos os aspectos que se têm de verificar independentemente da vontade do sujeito, ou seja, o sujeito, o objeto da ação, das modalidades de execução do facto, o processo causal e o resultado.

Segundo MFP a **imputação** consiste na **atribuição do facto à esfera de controlo ou poder do agente**. Então, qual é a **relevância** da imputação? Esta é utilizada para equiparar o facto concreto aos aspetos descritos no tipo penal não é, apenas, uma análise comparativa. A verificação da tipicidade implica um juízo de imputação: de atribuição, ao agente, do facto. Esta atribuição é bidimensional – implica uma imputação objetiva e uma imputação subjetiva.

A estrutura do tipo penal compreende **elementos descritivos e normativos**, que dizem respeito, respetivamente, a realidades materiais e valores normativos. Enquanto os **elementos objetivos** descrevem a conduta externa, os **subjetivos** relacionam-se com os estados mentais do agente. Além disso, há distinção entre **elementos escritos**, explicitamente definidos na lei, e **não escritos**, inferidos pela interpretação jurisprudencial ou doutrinária, ambos essenciais para a compreensão e aplicação das normas penais.

→ CAUSALIDADE

Nos crimes de resultado suscita-se o problema da imputação do resultado à conduta do agente, de acordo com o princípio segundo o qual o direito só intervém relativamente a comportamentos humanos.

O primeiro passo para imputação objetiva do resultado à conduta do agente é averiguar a relação de causalidade. Apesar de a relação causa-efeito não ser suficiente, ela é necessária. Sempre que chegarmos à conclusão de que há imputação objetiva, tivemos primeiro de provar que há uma relação de causalidade. A relação causal é uma relação de legalidade – isto é, uma **relação estabelecida por uma lei causal segundo a qual, verificados certos antecedentes, se verificam certos consequentes**. Existem algumas teorias quanto à imputação objetiva:

1. TEORIA DA EQUIVALÊNCIA DAS CONDIÇÕES

Estabelece um critério de imputação objetiva baseado na causalidade, onde uma ação é considerada causa de um resultado **se este não puder ser eliminado mentalmente sem que o resultado desapareça**. No entanto, no direito penal, não basta provar a relação causal; é necessário também atribuir o resultado à conduta do agente.

Esta teoria considera todas as condições que contribuem para um resultado como causas igualmente necessárias, o que pode levar a conclusões excessivamente amplas e imprecisas, especialmente em situações complexas.

Crítica: apesar de sua fundamentação na causalidade, a Teoria da Equivalência das Condições enfrenta críticas devido às suas limitações na aplicação prática, especialmente em casos contemporâneos com múltiplos níveis de risco e complexidade.

2. TEORIA JURÍDICA DA CONDIÇÃO INUS

Conhecida como Insuficiente mas Não-redundante parte de uma Desnecessária mas Suficiente condição, é uma abordagem da causalidade que identifica fatores relevantes e necessários para a produção de um resultado, **procurando partes insuficientes mas não redundantes de uma condição**.

Ela reconhece que nem todas as condições são necessárias ou suficientes individualmente, mas desempenham papéis cruciais dentro de um conjunto de condições. Isto permite uma análise mais refinada da causalidade no contexto jurídico, reconhecendo a complexidade dos eventos e identificando a contribuição específica de cada elemento para o resultado. A heurística contrafactual, por sua vez, envolve especular sobre o que teria acontecido se um evento não tivesse ocorrido, ampliando o alcance das leis naturais para considerar cenários hipotéticos.

3. TEORIA DA CONDIÇÃO SUFICIENTE MÍNIMA

É uma abordagem na análise da causalidade que considera uma condição como causa se for suficiente, mesmo que não seja necessária, para produzir o resultado. Isso significa que, **se uma condição específica, por si só, tiver o poder de gerar o resultado, ela será considerada uma causa, independentemente da presença de outras condições**.

Ao contrário da teoria da *conditio sine qua non*, que se concentra na presença de condições essenciais, essa teoria avalia a capacidade de uma única condição isolada produzir o resultado. Essa abordagem permite uma análise mais ampla e flexível da causalidade, reconhecendo a influência de diversos fatores e condições nos resultados.

4. TEORIA DA CAUSALIDADE – CONDITIO SINE QUA NON

Estabelece que a verificação da tipicidade, ou seja, o preenchimento do tipo objetivo num crime de resultado, **requer uma relação de causa e consequência entre a conduta do agente e o resultado**. De acordo com esta teoria, a causa de um resultado é toda a condição sem a qual o resultado não teria ocorrido. Para determinar quais condições são causais, é necessário mentalmente suprimir cada uma delas e verificar se o resultado ainda ocorreria. Se o resultado não ocorreria sem uma condição específica, ela é considerada uma *conditio sine qua non* e é relevante para estabelecer o nexo de causalidade.

A teoria assenta no facto de a verificação da tipicidade (preenchimento do tipo objetivo) pressupor que o facto descrito na norma (crime de resultado) estabelece uma relação de causa e consequência entre a conduta do agente e o resultado.

No contexto de **omissões**, a omissão pura ocorre quando a conduta está prevista no tipo penal, e a questão da imputação objetiva não se coloca. Por outro lado, na omissão impura, se o resultado não teria ocorrido se o agente tivesse agido, então a omissão é considerada causa do resultado e é objetivamente imputável ao agente.

Esta teoria, no entanto, enfrenta **críticas** importantes. Ela pode abranger a mais remota condição e o método da supressão mental pode ser aplicável em alguns casos, mas não em outros. Há também situações em que ocorre causalidade hipotética, interrupção no nexo causal, características especiais da vítima, causas paralelas e casos de intervenção dolosa, todos eles desafiando a aplicação da teoria.

A fórmula da *conditio sine qua non*, tanto na sua **formulação positiva quanto negativa**, é essencial para compreender a causalidade em contextos jurídicos. Na sua **formulação positiva**, a *conditio sine qua non* estabelece que um evento **é causal se a sua presença for suficiente para produzir o resultado**. Em outras palavras, se o evento contribui de forma determinante para o resultado, é considerado causal. *P.e.: consideremos um caso em que um motorista ignora um sinal vermelho e colide com outro veículo, causando danos. Nesse cenário, a presença da infração de trânsito (ignorar o sinal vermelho) é suficiente para desencadear o acidente, tornando-a causal para os danos resultantes.* Na sua **formulação negativa**, a *conditio sine qua non* indica que um evento **é causal se a sua ausência resulta na não ocorrência do resultado**. Nesse caso, o evento ausente é identificado como uma condição necessária para que o resultado não aconteça. *P.e.: consideremos que um incêndio ocorra em uma fábrica devido a um defeito elétrico. Se a investigação revelar que a instalação de sistemas de segurança adequados teria evitado o incêndio, então a ausência desses sistemas pode ser considerada causal para a ocorrência do incêndio.*

Casos em que a teoria da *conditio sine qua non* não oferece uma resposta concisa:

- a. **Casos de causalidade hipotética** – se a vítima vier a morrer na sequência de um disparo de A, embora estivesse condenada a morrer envenenada, por ter ingerido o veneno, pouco tempo demais, a causalidade poderia ser afastada. **Problema:** o resultado morte deve-se à conduta de A (outra solução seria atribuir relevância negativa/excluir a responsabilidade em virtude da causa virtual).
- b. **Casos de interrupção do nexo causal** – se a vítima morrer porque fica ferida e a caminho do hospital tem um desastre de ambulância, persiste a causalidade. **Problema:** a morte deveu-se a uma circunstância imprevisível para o agente.
- c. **Casos de características especiais da vítima** – se a vítima ao ser empurrada cai e morre por ter uma fragilidade óssea (e apenas por isso), a teoria da *conditio* também afirmaria a causalidade. **Problema:** a doença é imprevisível para o agente.
- d. **Casos de causas paralelas** – se a vítima morre devido a ter bebido um copo de leite envenenado em que A e B introduziram doses letais de veneno, esta fórmula afasta a causalidade de ambas as condutas. **Problema:** é uma solução absurda.
- e. **Casos de causas imprevisíveis ou não habituais** – no convite para o passeio de moto em que se sofre de um acidente, a teoria levaria a afirmar a causalidade de um comportamento integrado num contexto social irrelevante para a responsabilidade penal.
- f. **Casos de intervenção dolosa de outrem** – se o agente fere a vítima, mas esta morre porque alguém impede o seu salvamento, a teoria da *conditio* afirma a causalidade. **Problema:** registou-se um facto superveniente decisivo.

5. TEORIA DA ADEQUAÇÃO – CAUSALIDADE ADEQUADA

Estabelece que a imputação penal não deve ultrapassar a capacidade geral do ser humano de controlar os processos causais. Na valorização jurídica da ilicitude, apenas as condições que são previsíveis segundo as máximas da experiência e da normalidade do acontecer são consideradas relevantes para produzir o resultado. Nesse sentido, a **imputação só ocorre se as causas apresentarem uma tendência geral a produzir o resultado típico**.

Para aplicar esta teoria, é necessário fazer um juízo de prognose póstuma, onde o juiz, enquanto observador objetivo, pondera se, dadas as regras gerais da experiência, a ação praticada teria como **consequência a produção do resultado**. Se o resultado for imprevisível, não há imputação. É importante considerar se o agente possuía conhecimentos especiais relevantes no momento da imputação subjetiva.

No entanto, essa teoria enfrenta **críticas**, especialmente em relação a atividades legalmente permitidas que envolvem riscos consideráveis. Também há dificuldades em identificar um critério objetivo de previsibilidade, deixando a definição do grau de conhecimento do observador médio nas mãos do julgador. Além disso, a teoria não oferece explicações detalhadas para todos os casos e não é igualmente aplicável em todas as situações.

6. TEORIA DA CONDIÇÃO CONFORME ÀS LEIS NATURAIS

Nesta teoria, o **estabelecimento da causalidade está dependente de saber se uma ação é acompanhada por modificações no mundo exterior que se encontram vinculadas a essa ação de acordo com as leis da natureza** e são constitutivas de um resultado típico

Há causalidade quando tal surgir por força das leis da natureza e apenas à luz de um juízo científico/natural se poderá estabelecer a necessária relação de causalidade entre a conduta do agente e o resultado produzido

7. TEORIA DA CONEXÃO DO RISCO

Procura **limitar a imputação do resultado às condutas que geram um perigo capaz de produzir esse resultado**. Por outro lado, a imputação objetiva impõe-se em função do risco proibido para os bens jurídicos devido à conduta concreta do agente. Essa teoria, desenvolvida por ROXIN, não rejeita a causalidade, mas adiciona critérios à sua análise. Desta forma, além da causalidade, **é necessário verificar se o agente criou ou aumentou um risco proibido para o bem jurídico e se esse risco se materializou no resultado concreto**. Segundo **MFP** é o caminho mais seguro para a decisão penal orientada pela objetividade factual é a partir da teoria da causalidade adequada.

Nos casos em que o agente diminui ou atenua um perigo que ameaça a vítima, **não há imputação** devido à ausência de criação de um risco não permitido. Da mesma forma, quando o resultado é causado por uma ação que não excede o limite do risco juridicamente permitido, **não ocorre** imputação objetiva. Este critério está relacionado ao facto de vivermos em uma sociedade de risco, onde certos eventos são tolerados. Quando há co-participação da vítima ou de terceiros, o resultado **não é** imputável devido à sua auto responsabilidade. Esses casos **não devem** ser considerados relevante puramente em termos de causalidade, mas sim, em princípio, o resultado não é imputável devido à intervenção da vítima ou de terceiros. Alguns autores argumentam que, se for uma omissão, nunca interromperá o nexo de imputação, pois nunca é causalmente relevante, enquanto outros, argumentam que o tipo de ação não importa; o que importa é se havia o dever de agir.

Risco Proibido e Risco Permitido: O risco proibido refere-se às situações de perigo que são desaprovadas pela lei e cuja imputação do resultado é permitida. Por outro lado, o risco permitido envolve certos níveis de perigo que são aceitáveis pela sociedade dentro dos limites estabelecidos pela lei e pela ética. Determinar

se uma conduta envolve risco permitido requer considerações sobre a natureza da atividade, os padrões sociais aceites, medidas de segurança adotadas e o benefício proporcionado pela atividade.

Potenciação do Risco: Ocorre quando o agente, através da sua conduta, aumenta ou agrava um risco já existente, piorando a situação do bem jurídico ameaçado. Isso pode ser exemplificado por intervenções em processos de salvamento que, em vez de ajudar, acabam aumentando o risco para o bem jurídico.

Concretização do Risco no Resultado Típico: Não basta apenas comprovar que o agente criou ou aumentou um risco permitido. Também é necessário determinar se foi esse risco que se materializou no resultado típico. Esta é uma tarefa desafiadora, pois envolve avaliações ex ante (anteriores à ação) e ex post (posteriores ao resultado). Em alguns casos, pode ser difícil discernir qual perigo contribuiu efetivamente para o resultado.

Comportamento Lícito Alternativo: O critério é utilizado para avaliar se o resultado teria ocorrido mesmo se o agente tivesse agido de forma lícita, cumprindo todas as normas de conduta exigíveis. Se for demonstrado que o resultado ainda teria ocorrido, mesmo diante de um comportamento lícito do agente, a imputação do resultado à sua ação pode ser questionada.

8. TEORIAS EXTRA

A **causalidade virtual ou hipotética** ocorre quando há dúvidas sobre se um resultado deve ser objetivamente imputado ao agente, mesmo que ele tenha criado um perigo com sua ação, mas o resultado ocorreria devido a ações de terceiros ou eventos naturais. A doutrina majoritária argumenta contra a relevância dessa causalidade no direito penal, mas **FIGUEIREDO DIAS** defende que mesmo sob uma perspectiva subsidiária de tutela de bens jurídicos, ainda faz sentido não abandonar o bem jurídico à agressão do agente apenas porque ele não pode ser salvo definitivamente.

Nos **crimes de perigo**, o dano não é relevante para o tipo de ilícito, mas isso não os torna meros crimes de atividade. A imputação objetiva em crimes de perigo concreto deve ser tratada de maneira semelhante à imputação em crimes de dano. Já nos crimes de perigo abstrato, o resultado não pode ser identificado como perigo, e a legitimidade dos mesmos não afeta os termos de imputação objetiva.

Na **criminalidade** de massa própria da sociedade do risco, surgem problemas especiais de imputação objetiva. Muitas ações individuais podem parecer irrelevantes isoladamente, mas tornam-se relevantes devido à sua frequência avassaladora. Isto levanta questões sobre a legitimidade da criminalização desses comportamentos e a dificuldade de provar a causalidade entre a ação e o resultado.

→ OUTROS TIPOS DE CAUSALIDADE

Causalidade Alternativa: Há duas ou mais causas independentes que poderiam ter produzido o mesmo resultado. A teoria das condições equivalentes sugere que, se várias ações contribuírem para um resultado, cada uma delas deve ser considerada causalmente relevante, a menos que seja possível mentalmente remover uma delas sem que o resultado seja afetado. Isto levanta questões sobre como atribuir responsabilidade quando há mais de uma causa possível para um resultado danoso. A decisão geralmente depende da análise detalhada do contexto fático específico.

Causalidade Cumulativa: Várias causas agem em conjunto para produzir um único resultado, sendo que nenhuma delas, isoladamente, seria suficiente para causar o dano. A teoria da causalidade adequada argumenta que a imputação objetiva não pode ser estabelecida quando várias causas contribuem para um resultado, a menos que uma delas possa ser identificada como a causa predominante. Isso pode ser problemático em casos onde é difícil determinar a contribuição específica de cada causa para o resultado final.

Preempção Causal: Ocorre quando uma causa antecipada interfere ou substitui outra causa que, de outra forma, teria produzido o mesmo resultado. Isso pode ser exemplificado por situações onde uma intervenção anterior impede que uma condição prejudicial se manifeste, ou quando duas causas agem simultaneamente para o mesmo resultado. A análise desse tipo de causalidade geralmente envolve considerações sobre a temporalidade das causas e a sua relação com o resultado.

Causalidade Probabilística: A relação entre uma causa e um efeito não é determinística, mas baseia-se em probabilidades. Isso é comumente observado em estudos estatísticos, onde a associação entre determinados fatores e um resultado é inferida com base em padrões observados em uma população. A causalidade probabilística é frequentemente utilizada em contextos onde não é possível estabelecer uma relação direta de causa e efeito, mas onde evidências estatísticas sugerem uma associação significativa.

Erosão de Causalidade: Refere-se a situações onde a relação causal entre uma ação e um resultado é enfraquecida devido a fatores adicionais que influenciam o resultado. Isso pode incluir o comportamento subsequente de terceiros ou da própria vítima, que pode influenciar o curso dos eventos e complicar a atribuição de responsabilidade. A análise dessas situações geralmente requer uma consideração cuidadosa dos diferentes elementos envolvidos e suas contribuições relativas para o resultado final.